

Ao décimo quarto dia do mês de junho de 2023 às 14:00hs, foi realizada via videoconferência Plataforma TEAMS – a Décima Nona Reunião Ordinária do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura - FMSAI. (1)

Instalação da 19ª Reunião Ordinária. Havendo quórum, a reunião foi instalada pelo Presidente do Conselho Gestor do FMSAI – Secretário Municipal de Habitação Leonardo Gazillo Silva que cumprimentou a todos registrando a presença: do Conselheiro Suplente da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente – SVMA – Secretário Adjunto Carlo Eduardo Guimarães de Vasconcellos, da Conselheira Suplente da Secretaria Municipal de Gestão – SEGES – Secretária Adjunta Regina Silvia Viotto Monteiro Pacheco, do Conselheiro Suplente da Secretaria do Governo Municipal – SGM – Secretário Adjunto Clodoaldo Pelissioni, do Conselheiro Titular da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras – SIURB – Secretário Marcos Monteiro, do Conselheiro Suplente da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento – SMUL – Secretário Adjunto José Armênio de Brito Cruz, do Conselheiro Suplente da Secretaria Municipal da Fazenda – SF – Secretário Adjunto Luis Felipe Vidal Arellano, da Conselheira Titular representante do Conselho Municipal de Habitação – CMH – Srª Simone de Castro Melo, da Conselheira Titular representante do Conselho Municipal de Política urbana – C MPU – srª Wellyene Gomes Bravo, da Conselheira Suplente do C MPU – srª Veronica Kroll, da Conselheira Suplente do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CADES – srª Jaciara Schaffer Rocha e do Secretário Executivo do Conselho Gestor do FMSAI – Ivan Shirahama. Além dos Conselheiros, participaram da reunião como convidados: o assessor de SEHAB sr. Caio Vinícius da Silva Cordeiro, o assessor de SEHAB sr. Diego Xavier Leite, a diretora de SVMA srª Isabella Armentano, além de convidados pelas Secretarias. O **Secretário Executivo do Conselho** passou à apresentação dos pontos da pauta da reunião, informou da solicitação de SVMA pela inversão da Pauta, para deliberação das modificações e apresentação das propostas em primeiro momento, por motivos de agenda, estando todos de acordo, prosseguiu para (2)

Assuntos para Conhecimento: Posição do FMSAI em 31/05/2023: Apresentou os valores aprovados pela Resolução 91 e modificações e sua execução até a data: dos R\$ 280.770.004,00 aprovados para a SEHAB nos Programas: Mananciais, Urbanização de Assentamentos Precários, Construção de UHs e Regularização Fundiária, foram empenhados R\$ 211.334.462,21, liquidados R\$ 49.234.177,72 e pagos R\$ 44.561.529,70; dos R\$ 212.010.000,00 aprovados para SIURB nas ações de Intervenções no Sistema de Drenagem e Compensações Ambientais foram empenhados R\$ 156.114.771,03, liquidados R\$ 39.573.480,23, e pagos R\$ 37.496.736,04; dos R\$ 40.110.000,00 aprovados para SMSUB para ações de Intervenção no Sistema de Drenagem e Obras em Áreas de Risco foram empenhados R\$ 4.263.655,22, e liquidados R\$ 3.200.958,07, sem pagamentos; e dos

40 R\$ 40.110.000,0 aprovados para a SVMA para Construção e Ampliação de Parques Urbanos e Lineares e Construção e Ampliação de Unidades de Conservação foram empenhados R\$ 25.569.491,57, liquidados R\$ 3.854.527,90, e pagos R\$ 3.539.206,26. Totalizando dos R\$ 573.000.004,00 aprovados, R\$ 397.282.380,03 empenhados, R\$ 95.863.143,92 liquidados e R\$ 85.597.472,00 pagos. O Secretário Executivo apresentou a posição financeira do Fundo, que iniciou o exercício com R\$ 325.017.616,60 de saldo em caixa, havia Restos a Pagar inscritos no montante de R\$ 95.363.932,46, dos quais 22.489.991,38 foram cancelados e 44.044.530,76 foram pagos, considerando saldo em conta menos os Restos Inscritos há um superávit de 229 milhões de reais, assunto que será discutido adiante na reunião, destacou ainda que foram pagos de 2023 o montante de R\$ 85.884.842,22 e R\$ 309.397.537,81 estão empenhados a serem pagos. Apresentou os valores dos dois Repasses da SABESP, fonte de recurso do Fundo, recebidos no Exercício que totalizaram em 31/05 R\$ 299.371.309,82, e os rendimentos financeiros no valor de R\$ 18.931.175,57, o que resultava numa posição de R\$ 203.993.191,20. Relembrou que os repasses são trimestrais, e normalmente o primeiro repasse ocorre no final de março ou início de abril, desta forma foi sugerido a utilização de R\$ 200 milhões, o restante cobrirá o primeiro trimestre do próximo Exercício. Passou-se para o item **(4) - Proposta de Modificação no Plano de Investimentos 2023**, iniciando pela apresentação de SVMA, feita pela **diretora Isabella**, iniciou por quadro resumo das dotações da SVMA conforme aprovado e a proposta, e passou para a apresentação das obras de forma regionalizada, iniciando pela zona norte: Parque Anahnguera, Parque Guilherme Trote, Parque Pinheirinho d'água em licitação, Projeto para Implantação do Córrego Linear Córrego do Bispo em andamento; Para região Sul, três contratações: Parque Alto da Boa Vista em andamento, Parque Jardim Apurá Búfalos em andamento, Projeto Executivo do Parque Morumbi Sul; Região Leste, cinco contratações: Obras de requalificação do Parque Chácara das Flores, Projeto de Requalificação do Parque do Carmo, Obras de requalificação do Parque Consciência Negra em licitação, Projeto de Requalificação do Parque Natural Fazenda do Carmo, e Parque Cabeceiras do Aricanduva; e para região Centro-oeste, 4 contratações: Parque Independência, que não era previsto no Plano inicial pois era esperada a conclusão no ano passado, e foi aprovada "ad Referendum" sua inclusão, Parque Tatuapé ainda em atualização do material técnico, obras de requalificação Parque Chácara do Jockey, e Parque Linear Água Podre, finalizou apresentando quadro resumo com a regionalização por

50

60

70

dotações orçamentárias, dentro do valor aprovado de R\$ 40.110.000,00. Encerrada a apresentação, passou-se a palavra ao assessor de SEHAB **sr. Caio Cordeiro**, que apresentou a proposta de alteração no Plano de Investimentos do FMSAI da Secretaria, explicou que não há obras novas, apenas alterações de valores das ações, destacou o valor de 4 milhões de reais da Emenda do Jardim Pantanal, que não costava na Resolução 91,

sendo inserida na LOA, e o incremento do trabalho social lotes 1 e 2 por conta de aditamento dos contratos, e apresentou a distribuição do superávit de 200 milhões para principalmente os 8 lotes do Programa Mananciais. Encerrada a apresentação o **Secretário Executivo** apresentou a Minuta da Resolução 93, que aprova o Plano de Investimentos Modificado para 2023 com a utilização do Superávit por SEHAB, e que foi enviada junto da convocação aos Conselheiros, destacou apenas uma pequena correção nas casas decimais que somavam uma diferença de cinco reais na planilha enviada. Informou que foi enviado também o Manual de Orientações para solicitação e prestação de contas do FMSAI, que é sugerido ser o Anexo II da Resolução 93, este busca padronizar e simplificar os procedimentos do Fundo. E apresentou os Incisos da Resolução. Antes da deliberação, passou-se a palavra à **Conselheira Titular do CMPU**, que se manifestou contrária à aprovação, demonstrou preocupação com o material apresentado, e que a questão do problema nos mananciais se dá por falta de moradia, e não viu aumento de investimento em outras dotações importantes do plano, como moradia e regularização fundiária. E se mostrou contrária ao Inciso II permitir o Presidente autorizar modificações, que não extrapolam os limites orçamentários, entre ações aprovadas, o que já foi questionado pelo Tribunal de Contas do Município. Na sequência passou-se a palavra à **Conselheira Suplente do CMPU**, que destacou a necessidade de investimentos na região da Zona Leste, na subprefeitura de Sapobemba, onde houve enchente com muitos prejuízos, como ocorrido no Bairro da Ilha no qual um posto de saúde foi atingido pelo alagamento, sugeriu que o prefeito fizesse um posto mais para o alto, perto de uma Emeb. Destacou necessidade ações nos bairros Jd. Planalto, Jd. Madalena, Jd. Elba, solicitou que seja pautada a discussão desses problemas que perduram por anos. Passou-se a palavra ao **Conselheiro Suplente de SGM** que defendeu a proposta da Secretaria de Habitação, destacou que o programa de reassentamento e requalificação urbana na região beneficiará 58 mil famílias, com 8 mil novas Unidades de Habitação e 50 mil regularizações, com todos os ganhos como a urbanização, viário e saneamento, são contratos que já estão em andamento, que fará com que a execução seja de maneira célere. Ressaltou ainda que a Prefeitura está olhando com bons olhos todas as regiões da cidade, existe previsão de conjuntos habitacionais em outras regiões da zona leste, e um grande programa de drenagem para solucionar problema de enchentes, destacando a complexidade do sistema hidráulico da cidade. E reiterou o voto favorável à proposta que trará melhoria para a população da zona sul. O **Secretário Executivo** agradeceu e ressaltou que o Programa Mananciais da SEHAB engloba ações de urbanização de assentamentos precários e de construção de unidades, mas é caracterizado pela região das ações, que são localizadas nas áreas dos mananciais, visando sua proteção. Destacou que convidou um representante do Programa Mananciais, sr. Diego Leite, para apresentar o programa, se necessário. A

120 **Conselheira Titular do CMPU** afirmou que sabe desse trabalho do Mananciais mas que não vê novos projetos com a dotação de Construção de Unidades que atendam outras regiões da cidade, destacou também a importância da Regularização Fundiária na região do Campo Limpo, Santo Amaro, Cidade Ademar, regiões que precisam de investimentos e não vê montantes expressivos. E que entende a importância da região do Mananciais. A Conselheira apontou ainda que o voto foi contrário também pela falta da Prestação de Contas de 2022, como havia sido apontado em dezembro, pelo menos uma Prestação Parcial. Feitas as anotações, passou-se a palavra à **Conselheira Suplente do CMPU**, que destacou que hoje está como suplente, mas já participa há bastante tempo de Conselho Públicos, participando do CMH, do Ministério das Cidades e hoje do CMPU, enfatizou que não é contra ações em defesa da água, mas que falta investimentos na região da Sapopemba, entre Vila Prudente e São Mateus, que contam apenas com duas linhas de ônibus e sem posto de saúde, destacou a aprovação do Programa Pode Entrar e sugeriu que fosse aprovado parte de recursos do FMSAI para esse Programa. Defendeu a utilização de recursos para outras áreas da cidade, além da zona sul. Feitas as anotações, passou-se à palavra ao **Presidente do Conselho Gestor**, que reiterou a fala do Secretário de Governo, destacando que a prefeitura tem feito investimentos em diversas áreas, não só a Secretaria de Habitação, como a SIURB e a SVMA, em diversas regiões da cidade, que no momento estão focando os recursos do superavit do FMSAI para o Programa por uma necessidade real, tendo em vista que não puderam ser alocados recursos de outras Fontes, e que são contratos vigentes que ficariam prejudicados, e enfatizou que são áreas carentes de infraestruturas e que demandam proteção por serem áreas de mananciais, e destacou que a natureza do FMSAI é justamente para esse tipo de investimento. Destacou ainda que houve entrega de unidades habitacionais na zona leste, como Phobus e Forte do Ribeira, o Pode entrar tem 8 mil unidades previstas para os próximos dois anos, e mais de 6 mil foram entregues nos últimos anos. E ressaltou que a atual gestão tem um olhar para a cidade toda, sem uma área preferida, mas destacou que os recursos são finitos, sendo necessário priorizar, desta forma priorizando obras em andamento. Enfatizou ainda que habitação não é apenas “telhado”, é toda a condição para habitabilidade, infraestrutura, saneamento, etc.

130

140 Deixando o voto favorável à aprovação. Passou-se à palavra ao **Conselheiro Suplente da SMVA**, que concordou com as colocações do Secretário da Habitação, destacou que a questão dos mananciais é um assunto recorrente e importante, como foi discutido em reunião do CADES, e que a questão da habitação é apenas uma parte do necessário para a proteção dos mananciais. Afirmou que foi discutida a criação de um fórum de proteção, pela importância da proteção ambiental, destacou a ajuda da guarda civil e metropolitana ambiental na fiscalização da zona sul, enfatizou a importância desse tratamento agora, para garantir o abastecimento de água no futuro. E destacou os programas que a prefeitura tem

150 feito na questão habitacional, na Vila Reencontro, requalificação do Centro, requalificação dos prédios (retrofit), apontou que em trinta anos morando em São Paulo, não viu outra gestão investir tanto nessas questões. E reforçou que a prefeitura não fecha os olhos para nenhuma área, como, por exemplo, foi apresentado pela Secretaria do Verde, com ações em todas as regiões. E caso exista alguma demanda, ela será analisada, e caso não seja atendida com recursos do FMSAI, será estudada a solução. Passou-se a palavra à **Conselheira Titular do CADES**, que reiterou as posições, e destacou a importância de se ampliar cada vez mais o assunto “água”, do ecossistema e hidrologia, concorda com a Conselheira Suplente do C MPU que é uma política discutida há mais de 30 anos, mas destacou o trabalho que vem sendo feito pelo CADES, apontou a questão dos loteamentos irregulares na região dos mananciais, enfatizou que é um sistema, não apenas a questão da moradia, e destacou que os projetos são necessários para a garantia da água no futuro.

160 Passou-se a palavra à **Conselheira Titular do C MPU**, que frisou que ninguém está sendo contra nenhum tipo de ação nos mananciais, mas que está sendo proposto a utilização de todo o superávit de 200 milhões numa única dotação, comentou, que faz mais de 30 anos que o poder público injeta recursos para proteção e recuperação dos mananciais e que sem investimentos em moradias, a cidade vai continuar "enxugando gelo", já que a principal causa das ocupações irregulares tanto nos mananciais como em áreas de Parques é a falta de oferta de moradia para populações de baixa renda, frisou que a população com menor renda é empurrada para áreas distantes e que há pessoas que estão há 14-15 anos recebendo aluguel social e aguardando uma moradia, que o aluguel virou renda, comentou

170 que o poder público não está priorizando a redução do déficit habitacional, já que ele só aumenta. Chamou a atenção para as condições de moradias, e cobrou que o poder público priorize a construção de moradia para trazer dignidade a essas pessoas. Reforçou que não é contra as ações, e resumiu o histórico de sua participação ativista em defesa do verde, mas sem a habitação as pessoas vão para outras áreas e o verde não é preservado. Passou-se então a palavra à **Conselheira Suplente do C MPU**, que defendeu que obras contratadas tem que se terminar, que os mananciais terão que ser cuidados permanentemente, mas reiterou a necessidade de se investir em outras áreas da cidade também, expressou que está há mais de trinta anos na região de Sapopemba, que se há uma praça ou preservação de nascente, foi por iniciativa dos moradores, e convidou o Secretário de Habitação para visitar a região e verificar a situação das comunidades Planalto, Elba, Madalena e Ilha. Destacou ainda a importância de se fazer a Regularização Fundiária, como por exemplo no Jardim Planalto, retirando algumas ocupações em cima do córrego e alocando próximo, resolve o problema. Apontou a dificuldade, uma vez que os recursos são limitado, acredita que a região não recebeu investimentos. O **Presidente do Conselho** com a palavra afirmou que foi há alguns anos atrás Chefe de Gabinete da

180

190 Subprefeitura de Sapopemba, e conhece bem a região, que de fato são bairros carentes, faz questão de fazer uma visita à região, a Conselheira pode indicar alguma localidade que precise de atenção especial, que quem é da região pode apresentar melhor os problemas. Ressaltou que apesar de ter dito que habitação não é apenas “telhado”, não quer dizer que a Gestão atual não priorize a construção de Unidades, pelo contrário, a Gestão atual tem feito o maior investimento nisso, são mais de 8 bilhões de investimentos no PODE ENTRAR, o edital de quase 40 mil unidades. Que a segunda etapa é com a Secretaria de Licenciamento para viabilizar os projetos. Destacou também o Programa de retrofit, que busca revitalizar prédios que estavam abandonados, reformando-os e entregando moradias, concordando com a Conselheira do C MPU, que tem que trazer as pessoas para regiões centrais, para os eixos de mobilidade, estruturais, onde há infraestrutura, saúde e educação. Destacou que visando tudo isso, estão passando pela revisão do Plano Diretor Estratégico do Município, além da assinatura do PIU Jurubatuba. Ações que priorizam a estrutura urbana e também a questão da construção de unidades. Não limitando apenas ao Programa PODE ENTRAR, como também as PPPs da Cohab que prevêm mais 22 mil unidades, o PODE ENTRAR modalidade Entidades que tem previsão de 14 mil contratações, e mais de 3.500 unidades em construção em parceria com a SEHAB e COHAB. Para a questão de Regularização Fundiária, foi aprovado e liberado o edital para a contratação de 4 lotes, possibilitando trabalhar para atingir a meta de 22 mil títulos. Apontou que todos esses esforços visam uma cidade mais digna, justa e coesa. E se colocou a disposição para agendar uma visita ao bairro de Sapopemba. Passou-se a palavra ao **Conselheiro Suplente de SMUL**, que reforçou a fala do Secretário de Habitação, agradeceu as colocações das Conselheiras do C MPU, destacou que o Planejamento urbano tem foco em todas as regiões da cidade, citou como exemplo que está em desenvolvimento o PIU Arco Leste, que vai dar um olhar específico para a Região da Zona Leste. Destacou que o PIU Central foi feito antes, pois visava a aproximação do emprego e da habitação, em áreas com infraestrutura. Apontou ainda que o FMSAI é apenas uma das fontes de recurso e de ações da prefeitura, reforçou a importância do saneamento, e frisou que o mananciais é da cidade inteira, nos anos 70 e 210 80 a região foi erroneamente ocupada o que prejudicou a cidade inteira, o que se busca agora é sanear. As políticas públicas regionais têm foco na falta de habitação, a não regularidade, a informalidade, cada uma com seus problemas específicos, inclusive na questão ambiental, como por exemplo no Jardim Pantanal. Reiterou que o foco é na cidade toda. O **Secretário Executivo** retomou a palavra e explicou a questão colocada pela Conselheira do C MPU sobre a Prestação de Contas, que não foi possível concluir a Prestação uma vez que o prazo para pagamento de restos a pagar foi estendido até final de junho, ainda existem um saldo de 28 milhões a serem pagos, mas afirmou que assim que fechar o restos a pagar, brevemente será convocada uma reunião extraordinária para a 220

230

Prestação de Contas. Verificou com os Conselheiros se estavam de acordo com uma apresentação do Programa Mananciais. Estando de acordo, passou-se a palavra ao assessor de SEHAB, **sr. Diego Xavier**, do Programa Mananciais para uma apresentação do Programa, que iniciou esclarecendo que no exercício passado o Programa contava com outras fontes de recurso, como o Fundurb, mas nesse exercício estava contando principalmente com o FMSAI uma vez que o Fundurb estava cobrindo outros Programas, como o Pode Entrar e Urbanização. Iniciou a apresentação com a localização do Programa e um panorama da situação dos assentamentos precários, destacando que são mais de 129 mil domicílios em assentamentos precários na região dos mananciais, Billings e Guarapiranga, o que equivale a um quarto dos domicílios em assentamentos precários da cidade na região. Apresentou que mais da metade da população está em vulnerabilidade social. Na sequência apresentou a localização dos oito lotes do Programa Mananciais, e um escopo do Programa, Urbanização de Assentamentos Precários, Entrega de Unidades e Regularização Fundiária. Para a urbanização são eliminados os riscos geológicos, implantação de redes de abastecimento, melhoria na mobilidade e implantação de áreas de lazer e parques. Quando necessária alguma remoção, a família entra no auxílio aluguel e no futuro recebe uma unidade na região. Apresentou um panorama da situação do Programa, quantidade de ações, informou que são previstas mais de 8 mil unidades, até o momento foram entregues mais de 1.200 unidades, 5 mil em obras, quase duas mil em projeto. Já a urbanização é computada por número de famílias beneficiadas, é previsto beneficiar mais de 58 mil famílias, foram concluídas obras para 3 mil famílias, e em obras para 34,400. Atualmente o Programa tem 16 obras em andamento, as obras foram apresentadas de forma detalhada individualmente, a saber: Boulevard da Paz (urbanização e UHs), Maria de Barros Teixeira (Construção de UHs), João Manoel Vaz (urbanização), Jardim Angela (Urbanização), Chácara Flórida (Urbanização), Jardim do Éden (urbanização), Vila do Sol (UHs), Alto da Alegria (Urbanização e Construção de UHs), Guaicuri (Urbanização e UHs), Mata Virgem (Urbanização), Jardim Apurá (Urbanização e algumas UHs), Jardim Gaivotas e Erundina (urbanização), Cantinho do Céu / Jd Prainha e Monte Verde (Urbanização), Pabreu / Jd. Parinha (urbanização), Monte Verde (urbanização) e Cocaia (Urbanização e construção de UHs). Concluída a apresentação o assessor se colocou à disposição para esclarecimentos. O **Secretário Executivo** retomou, destacando a amplitude do Programa e reforçou que o recurso proposto não é metade do que havia sido previsto em outras fontes. Continuou apresentando a **Resolução 93, aprovada por maioria**, voto contrário da Conselheira representante do C MPU. **A configuração do Plano de Investimentos Modificado para 2023 apresentou os seguintes valores: a) para a SEHAB, o montante global de R\$ 480.770.004,00** sendo: para o Programa de Construção de UHs: (obras) R\$ 13.679.994,00, (serviços técnicos) R\$ 36.941.826,00, (aquisição de áreas) R\$ 1.000,00,

240

250

260 (indenização por benfeitorias) R\$ 1.000,00; para o Programa Regularização Fundiária: (serviços técnicos) R\$ 19.772.141,00 e (obras) 1.000,00; para o Programa de Urbanização de Favelas: (obras) R\$ 52.764.271,00, e (serviços técnicos) R\$ 28.834.617,00; para o Programa Mananciais: (obras) R\$ 300.600.701,00, (serviços técnicos) R\$ 24.173.454,00, e Programa Urbanização de Favelas (Emenda) Jardim Pantanal R\$ 4.000.000,00; **b) para SIURB o montante de R\$ 212.010.000,00** sendo, para Intervenções no Sistema de Drenagem sendo: (obras) R\$ 129.009.000,00, (serviços técnicos) R\$ 46.999.304,34, (serviço técnico contratação pública) R\$ 3.000.695,65, (Aquisição de áreas) R\$ 30.000.000,00, (Indenizações por Benfeitorias) R\$ 1.000,00 e (Compensações Ambientais) R\$ 3.000.000,00; **c) para a SMSUB o montante de R\$ 40.110.000,00**, sendo R\$ 7.714.676,96 para Obras de Intervenções no Sistema de Drenagem e R\$ 32.395.323,04 para Obras em Áreas de Riscos Geológicos; e **d) para SVMA o montante de R\$ 40.110.000,00**, sendo R\$ 12.607.576,76 para Obras em Construção de Parques Urbanos e Lineares, R\$ 26.466.326,84 para Ampliação, Reforma e Requalificação de Parques Urbanos e Lineares, R\$ 1.000,00 Obras em Construção e Implantação de Unidades de Conservação, R\$ 43.687,76 para Ampliação, Reforma e Requalificação de Unidades de Conservação e R\$ 991.408,65 para desapropriações para Implantação de Parques. Totalizando R\$ 773.000.004,00. Prosseguiu para o item **(3) “Deliberação das autorizações Ad Referendum”- Resolução 92**, o **Secretário Executivo** apresentou a Minuta da Resolução 92, que propõe a deliberação de autorizações efetuadas “Ad referendum” do Conselho pelo Presidente, esclareceu que é um instrumento utilizado com cautela, para situações que demandam alterações no Plano. Apresentou a primeira autorização a inclusão “Parque da Independência” da SVMA, no valor de R\$ 3.507.484,80 (três milhões, quinhentos e sete mil quatrocentos e oitenta e quatro reais e oitenta centavos), na dotação 86.27.18.541.3005.1703.44.90.51.00.03, conforme apresentado no Processo SEI 6027.2023/0001964-8; a segunda autorização readequação de valores de dotações Orçamentárias da SMSUB, suplementando 7.286.323,04 (sete milhões, duzentos e oitenta e seis mil trezentos e vinte e três reais e quatro centavos) na dotação 86.12.15.543.3022.1.193.44905100.03, com anulação de igual valor na dotação 86.12.17.451.3008.5.013.44905100.03, e a terceira autorização suplementar dotação de Serviços Técnicos de Urbanização de Favelas 86.14.16.451.3002.3357.4.4.90.39.00.03 em 4.493.238,15 (quatro milhões, quatrocentos e noventa e três mil duzentos e trinta e oito reais e quinze centavos) para os contratos do Gerenciamento Social 2 e Jardim Colombo fase 2, com anulação de igual valor na dotação 86.14.16.482.3002.3.356.44903900.03, além de adequar dotação orçamentária das ações “Zaki (Monitoramento)” e “Jardim Colombo 2ª Fase”, e Inclusão da Ação Quadra Lidiane, para finalização dos trâmites contratuais. Ressaltou que nenhuma autorização modificou o valor final do Plano, sendo

270

280

290

300

oferecidos valores iguais para anulação. Passada para deliberação, **a Resolução 92 foi aprovada por maioria**, com voto contrário da Conselheira do C MPU. O **Secretário Executivo** reforçou que será convocada uma reunião extraordinária para a Prestação de Contas após o fechamento dos Restos a Pagar, lembrou que foi enviado o Manual de Orientações que busca padronizar e simplificar os procedimentos do FMSAI. O **Conselheiro Suplente de SMUL** informou que a ação que havia mencionado anteriormente era do Jardim Lapena, uma obra importantíssima de drenagem na zona Leste. O **Presidente do Conselho Gestor** agradeceu a presença de todos, enfatizando a importância do aprovado na reunião. Nada mais a tratar encerrou a reunião às 16:30. Em 14 de junho de 2023.

PUBLICADA no D.O.C 07/07/2023 pgs. 249-251